

EVENTO NACIONAL “JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS”, JOGOS TRADICIONAIS E PROCESSOS DE ESPORTIZAÇÃO

Marina Vinha
Universidade Católica Dom Bosco/MS
Maria Beatriz Rocha Ferreira
Laboratório de Antropologia Bio-cultura/UNICAMP

Resumo

Este artigo recupera dados sobre o evento nacional “jogos dos povos indígenas” e reflete sobre as apresentações dos jogos tradicionais, sob o olhar da teoria elisiana. Embora esse evento nacional tenha sido realizado pela primeira vez em 1997, o presente estudo centra-se nas 4ª e 7ª edições, respectivamente realizadas em 2001, no Mato Grosso do Sul, e na Bahia em 2004. O objetivo é observar mudanças de comportamento diante do jogo tradicional apontando processos de esportização. Estes são processos que ocorrem simultaneamente na sociedade ou grupo social e no indivíduo, apresentando maior controle das emoções e organização mais racional com regras comuns a todos. O procedimento para obtenção dos dados foi através de observações *in loco*, de recortes bibliográficos e análise de folders. As considerações finais apontam para processos de esportização se estabelecendo em grupos indígenas participantes no referido evento, observados tanto nos jogos tradicionais com envolvimento de grupos étnicos do mesmo tronco linguístico, quanto através de jogos populares envolvendo diferentes grupos étnicos.

Palavras-chave: jogos, processos civilizadores, indígenas

Introdução

Este artigo recupera dados sobre o evento nacional “jogos dos povos indígenas” apontando tensões tanto em sua origem e organização, quanto nas demonstrações dos jogos tradicionais, sob o olhar da teoria elisiana¹. O estudo está fundamentado em levantamento bibliográfico, análise de folhetos, recortes de jornais, entrevistas e observações, estas realizadas na 4ª (2001) e na 7ª edição (2004) dos jogos.

Manaus/AM, ao sediar a 2ª edição dos “jogos olímpicos dos povos indígenas”, suscitou estudos de Garcia e Jurema (p.1, 2000) conclamando a sociedade e pesquisadores para um estado de alerta: “até mesmo para tomarmos posição contrária a sua realização”. Ser índio, segundo os autores, significa estar presente em um mundo diferente daquele que modernamente conhecemos. Tudo o que os indígenas produzem, por exemplo, no Alto Rio Negro, é dividido eqüanimemente, sendo que homens, mulheres, idosos e crianças estão intrinsecamente relacionados com um mundo de liberdade.

Explicam que as comunidades indígenas mantêm relações de troca entre si, o trabalho é voltado para questões mais emergenciais, todos unem-se para os mesmos

objetivos, preservando animais, plantas e peixes. As horas de alimentação representam confraternização e festa. “O sentido da disputa é individual e, na maioria das vezes, é realizada com sentido ritualístico, aproximando os índios das práticas desportivas arcaicas” (idem, p.2).

Sendo assim, para os autores, os povos indígenas não podem ser colocados em confronto na busca de medalhas. Por sua natureza e valores, mostram-se adversos à superação do tempo e das marcas, valores dos jogos olímpicos. Em contraste com essa forma esportiva está uma das questões chave sobre os povos indígenas, que é a “preservação do patrimônio cultural”, mantendo o respeito pela individualidade e manutenção dos costumes e rituais. Por tudo isso, os autores solicitam “compreensão dos amantes do esporte, no sentido de evitar a estigmatização dos índios quando a mídia divulgar os resultados dos jogos indígenas com desdém e estorvo” (ibidem, p.2).

Na mesma direção segue o artigo de Vianna (ISA, 2000). O autor destaca que, na função de representantes oficiais dos “jogos”, da parte dos indígenas, estão os irmãos Marcos e Carlos Terena. Ambos ligados a uma organização indígena de abrangência nacional, o Comitê Intertribal, que, junto com o Ministério dos Esportes, atuam como chanceleres para disseminar o evento. A liderança de Marcos constrói uma figuração essencial para articulações e gerenciamento nacional, representando uma rede que comporta organizações indígenas e o Estado.

Esse tipo de interdependência forma o que Elias (1994, p. 249) denomina configuração, que é “uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes”, neste caso, focadas no evento. Contudo, Vianna (2000) afirma que, sendo de dentro da FUNAI o lugar de onde o líder fala, essa configuração desvincula as ações e abala a característica destes movimentos indígenas, gerando tensões.

Um outro ponto de tensão, citado em Vianna (2000) e em Garcia e Jurema (2000), é que a linguagem do esporte, unindo a indianidade brasileira, os expõe a riscos, pois o perfil do esporte se presta a inúmeros vieses. Neste aspecto, o temor dos pesquisadores está

fundado em idéias estagnadas em um período em que a Educação Física e o Esporte estiveram sob várias influências, como médicas e militares, articuladas com teorias raciais subordinadas aos princípios do esporte de rendimento e à compreensão do corpo humano reduzido à dimensão biológica (SOUZA e VAGO, 1997).

Sem dúvida, o processo de exclusão e de uso político do esporte foi intenso, de forma a alimentar, ainda hoje, muita desinformação e possíveis preconceitos, embora, já no final da década de 80, sentia-se superação dessas influências sócio-históricas. Temores à parte, de fato e de direito, o perfil contemporâneo do esporte figura-se inclusivo. Pesquisas têm apontado para seu valor sócio-cultural-afetivo, além dos atributos cognitivos e físicos que podem ser desenvolvidos com sua aplicação (GEBARA, 2002; DA COSTA, 2003).

Do lado dos indígenas participantes nos jogos, os dados apontam uma abertura, tanto intelectual quanto afetiva, para eventos esportivos. Além destes aspectos, vêem a linguagem do esporte constituir-se como espaço político de contato interétnico, nunca antes realizado, ainda mais sob o patrocínio do Estado. As lideranças vinculam o evento nacional, sob a égide do jogo tradicional e do esporte, com movimentos sociais indígenas, fazendo oscilar a seu favor a balança de poder.

Elias (apud VINHA, p.86, 2000), considera “resquício das idéias mágico-míticas” reconhecer o poder limitado a determinados segmentos, como o do Estado ou o dos seres supradimensionais. O poder é um elemento presente em todas as inter-relações humanas e manifesta-se de forma sempre relacional, cotidianamente, dependendo das forças que se opõem. No caso do evento nacional, os grupos indígenas que aderiram a essa forma inusitada de encontro afirmam que, entre outros fatores, o espaço dos jogos contribui para as inter-relações de grupos que não se conheciam, possibilitando, em conjunto, olharem o “branco” em outro contexto. Superados os contatos de opressão ostensiva, os índios se vêem num contato às avessas, em que o “branco”, que um dia se dirigiu às matas para usufruir e expulsá-los, vai, hoje, às terras indígenas com sua equipe e participa de eventos esportivos e das festas culturais (VIANNA, 2000).

Relações tensas, ao estilo “branco” e indígenas, em períodos anteriores, são denominadas em Elias (1980) como “competição primária”. Nesse tipo de relação, o poder manifestava-se na forma de competição mortal. O interesse centrava-se, não apenas em tirar o poder do outro, privando-o de suas funções, mas em tirar-lhe a vida. Este era considerado como exceção de relacionamento, por ter uma funcionalidade fora de outros modelos elaborados pelo autorⁱⁱ, nos quais as relações humanas são ditadas por regras comuns, mesmo que desequilibradas ou desarmoniosas. Relações com normas comuns são relações de jogo, sem supressão da vida.

Sob este ângulo, lideranças indígenas afirmam estar transpondo barreiras estatais historicamente hostis e excludentes aos seus povos. Conjugam a idéia de que a aliança *jogo-esporte-evento* é melhor compreendida pela sociedade envolvente. Com essa aliança conseguem colaboração e parcerias quase unânimes de toda a sociedade em torno dos interesses das comunidades indígenas.

A aliança, na visão elisiana, mostra amplitude e formação de teias sociais mais longas, que extrapolam as relações inter-aldeias. A aliança é também política, plena de poder, pois são formadas por organizações indígenas. Para fins do evento nacional, influenciam “quais povos” devem participar; a “escolha do pessoal e das equipes” que representarão cada qual seu povo. As organizações indígenas não são homogêneas e não estão isentas de conflitos internos. Há que se ter em mente que “a representação da sociodiversidade nativa brasileira passa por múltiplos e diversificados processos de negociação”. Há também a influência da FUNAI, pela própria atuação de indígenas dentro dela, acrescidos do peso das organizações guarda-chuva, que regem o esporte internacional (VIANNA, p. 2, 2000).

Carvalho e Monteiro (2001) atribuem a 3ª edição, realizada em Marabá/Pará, aos próprios indígenas. Assim, as linhas de ação - desde a concepção até a definição das modalidades, em competições de provas tradicionais e não-tradicionais - almejavam a integração cultural-esportiva e exposição de suas práticas corporais. Em Marabá houve um

“congresso técnico” para discutir as modalidades e demais decisões, o qual “teve como principal objetivo decidir e retificar os regulamentos finais dos jogos” (idem, p. S221).

Em dois outros eventos houve também congressos técnicos, procedimento que aponta para normas comuns, lado a lado com mudanças que se refletem nas diferentes organizações indígenas. Foi o que presenciamos na 4ª edição / 2001, realizada em Campo Grande/MS. As equipes representativas de cada povo estavam compostas por mulheres e suas crianças, adultos, idosos e jovens, de ambos os sexos, todos acompanhados por seus rezadores, além das lideranças políticas e esportivas. Simultaneamente, pela primeira vez, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul realizou, em parceria com os dirigentes do evento, um Congresso para discutir questões indígenas.

Participando da 7ª edição/2004, em Porto Seguro/BA, na Reserva da Jaqueira, o foco do evento foi direcionado para os Fóruns Indígenas programados, sendo possível presenciar algumas demonstrações de jogos tradicionais e futebol. Em que pese os acidentes de percurso, a cada edição aumenta o número de etnias participantes. Contribuindo para trocas de saberes e de encaminhamentos políticos de caráter nacional e internacional, os participantes consideram esta conquista como deles. Vêem no espaço dos “jogos” uma retomada coletiva de poder, cujo lema é: “o importante não é ganhar e sim celebrar”. No conjunto, o esporte não parece assutá-los. Há indícios de que se apropriam dele, apreendendo diferentes formas de auto-organização, cujos reflexos poderão ser simultâneos em suas sociedades, ocasionado “processos de esportivização” em algumas das suas manifestações culturais, no caso o jogo tradicional.

Processo de Esportivização

A observação realizada na 4ª e 7ª edições contribuiu para perceber indícios de mudanças, com base em teorias que proporcionam maior compreensão dos processos que ocorrem no comportamento em jogo. Primeiramente, distingue-se *jogo popular* - entendido como atividade física que marca uma sociedade ou grupo social, sendo repassado intra e intergerações e cuja origem pode estar em um ou em diversos povos, embora seja

disseminado e praticado em diferentes sociedades - e *jogo tradicional* - aplicado somente para manifestações realizadas por grupos indígenas, com características mitológicas e ritualísticas específicas de cada grupo (ROCHA FERREIRA *et alii*, 2005).

Este novo processo consiste na configuração indivíduo/sociedade interligados e complementares. As mudanças de comportamento, tendo subjacente o entrelaçamento indivíduo/sociedade, são explicadas em Elias (1980) com os termos psicogênese e sociogênese. A psicogênese é entendida como mudanças individuais no comportamento, resultantes da auto-regulação e do controle dos afetos e dos impulsos, provenientes das coerções sociais externas. Assim, as mudanças de comportamento não ocorrem somente no íntimo de cada indivíduo, mas, sim, interligadas ao desenvolvimento de estruturas sociais, nas quais o indivíduo se insere, denominado sociogênese.

Imbricadas, psicogênese/sociogênese alcançam patamares a que o autor denomina de “processos civilizadores”. Intermediadas por relações de poder, oscilantes e decorrentes de diferentes situações políticas, esse conjunto vai formando *habitus*, ou seja, a “composição social dos indivíduos” (ELIAS e DUNNING, 1992, p. 150-151).

Entre indígenas, as inter-relações estão, *a priori*, estabelecidas entre grupos do mesmo tronco lingüístico. O viver em grupos relativamente fechados, condição da grande maioria dos grupos étnicos no Brasil, no dizer de Elias (1980), seria uma condição “encapsulada” em um Estado-Nação, cuja auto-organização fica em oposição às normas estatais, ou tenta se firmar à custa de tensões com estas normas, agora jogando com regras às vezes pouco claras para os indígenas.

Circunstancialmente, durante os dias de realização do evento, esses grupos encontram-se, ampliam relações, fazem “demonstrações” de jogos tradicionais, competem na modalidade futebol, amplamente disseminadas na aldeias do país, e no jogo popular cabo-de-guerra. As demonstrações pressupõem jogos com características singulares, não havendo competição. Cada etnia mostra o saber e o significado específico associado a cada

jogo. Por exemplo, o “jogo de bola com cabeça” [*xicunahity*], praticado pelos Pareci e Enawenê-Nawê, ambos de Mato Grosso.

Porém, alguns jogos, a exemplo da “corrida de toras de buriti”, da “canoagem” e das “lutas”, têm-se tornado elementos de disputa comum, envolvendo grupos que não contemplam tais jogos em seu rol de tradições. Esta situação tem levado à regulamentação destes jogos, com o fim de promover disputas. Estão nestes processos locais, intra-aldeias - em que os jogos tradicionais vão sendo normatizados por regras comuns, necessitando congressos técnicos - os indícios de mudanças interligando psicogênese/sociogênese.

Elias (p. 65-67, 1980) explicita o que ocorreu na Europa com o desenvolvimento de regulações dos jogos populares, para além do nível local. Ao firmarem acordos quanto ao quadro de regras, era simultâneo o desenvolvimento de um órgão fiscalizador, que garantisse o respeito às normas e designasse juízes para coibi-las. Havia uma teia de fatos que contribuiriam para esse “processo de esportivização”. As condições políticas européias, daquele período, estavam em transição de regimes feudais para reinados e/ou parlamentos. As mudanças daí decorrentes são consideradas como o primeiro passo no caminho do que hoje é habitual no esporte. Passado esse tempo e com *habitus* já internalizados, vê-se o esporte proporcionando satisfação quando todos os envolvidos conseguem manter auto-controle de seus impulsos libidinais, afetivos e emocionais (ELIAS, 1980, p. 69).

Meriecoreu, líder Bororo, de Barra do Garça/MT, presente na 4ª edição, assim se expressou em entrevista à FOLHA DO POVO (21/10/2001): “Estamos pensando em aprender a luta corporal e incorporar a corrida do buriti, que não são características de nossa etnia, para com isso aprender tradições de patrícios”. Mesmo considerando que as trocas interculturais sempre existiram entre todos grupamentos humanos, o que se destaca, focando o evento dos jogos indígenas, é a intencionalidade presente no fato de “querer aprender” e/ou “adotar por opção” as tradições de outros a fim de competir com regras comuns, fomentando disputas internas e intra-grupos. Este comportamento, e o que está subjacente a ele, apontam indícios de um “modo de ser esportivo” entre indígenas. Neste

sentido, sob nosso ponto de vista, o esporte, ou jogo esportivizado, que se caracteriza por ser uma “atividade de grupo organizada, centrada num confronto entre, pelo menos, duas partes”, segundo Elias (*apud* Lucena, p. 58, 2001), não deve incorrer em temores, mas, sim, ser acompanhado e orientado como elemento intercultural, sob o olhar de configurações de processos civilizadores ocorrendo em longo prazo, pouco dependentes de nossa vontade, conforme Elias atenta.

Considerações Finais

O evento nacional parece ser um espaço político e de confraternização. Sob pressupostos fundamentados em determinado período sócio-histórico, houve temores de que a linguagem do esporte vinculasse as ações indígenas a opressões, recalcamientos e alienações. Os estigmas subjacentes ao esporte, por ser fenômeno inacabado, estão superados ou em superação, como apontam estudos atuais e frente a observações realizadas nos eventos “jogos dos povos indígenas”. A grande aceitação do futebol, a adesão comum ao jogo popular “cabo-de-guerra” e as mudanças nos jogos tradicionais, alguns dos quais também direcionam-se para atividades comuns, têm requerido acordos firmados em congressos técnicos. Empiricamente, parece que a rede de informações se amplia, levando os indígenas participantes destes eventos a novas tensões. Reorganizações podem promover alterações nas relações internas de poder, direcionando o fluxo de informações proveniente dos mais velhos, detentores do saber tradicional, para outro tipo de liderança. As novas coerções, interrelacionadas com formas diferenciadas de se comportar, comuns aos participantes espalhados pelo país, poderão alterar a organização de grupos indígenas, em doses ainda não detectadas. Nada está claro sobre as diferenças sócio-culturais e os comportamentos comuns exigidos em jogo esportivizados.

ⁱ Formulada por Norbert Elias

ⁱⁱ Elias (1980) em seu livro “O que é Sociologia” sistematiza modelos de inter-relações humanas, dos quais destacamos a “competição primária”, diferenciada dos demais, denominados “modelos de jogos”, por terem normas.